

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO GESTOR ESPORTIVO DOS CLUBES DA PRIMEIRA DIVISÃO DE FUTEBOL DO DISTRITO FEDERAL E SUAS RELAÇÕES COM A LEGISLAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA

THE FEDERAL DISTRICT'S TEAMS SPORTIVE MANAGER PROFILE AND ITS RELATIONS WITH THE BRAZILIAN SPORTIVE LEGISLATION

Paulo Henrique Azevêdo*
Jônatas de França Barros**
Samir Suaiden***

RESUMO

O processo que possibilitou aos clubes esportivos se tornarem empresas foi iniciado pela promulgação da Lei Zico (1993) e avançou na profissionalização da administração esportiva, com a Lei Pelé – em 1998. Este estudo analisou os perfis dos presidentes dos dez clubes de futebol profissional participantes do Campeonato Brasileiro da primeira divisão, no ano de 2001. Quanto aos fins, foi uma pesquisa de campo do tipo quantitativo-descritivo, e quanto aos meios foi uma pesquisa de campo com a investigação empírico-científica. Os dados foram coletados utilizando a técnica de questionário. Medidas de associação para variáveis qualitativas foram utilizadas para analisar os perfis dos dirigentes. Os resultados mostraram que esses dirigentes são homens católicos, casados, recebem mais de 25 salários-mínimos, possuem o primeiro grau (Ensino Fundamental) completo, têm, em média, 45 anos e meio; possuem as ocupações de funcionário público e empresário, que acumulam com as atribuições de dirigentes de seus clubes.

Palavras-chave: Administração. Administração esportiva. Legislação esportiva.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata do perfil dos gestores das organizações esportivas profissionais que atuam na primeira divisão de futebol do Distrito Federal, após uma significativa mudança ambiental – no caso, a promulgação da Lei Pelé – através da análise das fases passada e presente, em face do processo de gestão empregado.

O mundo globalizado vive um novo mercado, caracterizado por sofisticados e exigentes consumidores, dentro de um ambiente competitivo mais volátil e menos previsível. Para conseguir liderança, as empresas necessitam aumentar suas taxas de inovação, lançar mais rapidamente produtos e serviços, atender à demanda com tempos de espera menores e conquistar maior confiabilidade. Sintetizando, elas necessitam

de uma maior capacidade de reação (CHING, 1997).

No Brasil, o atleta de futebol já conquistou sua regulamentação profissional há vários anos. De lá para cá, grande é o número de pessoas que seguiram essa carreira, submetendo-se às normas legais vigentes e, mais do que isso, a toda a cultura que os clubes esportivos criaram na relação com esses profissionais. Mas, se o profissionalismo avança nas relações de trabalho e na venda e aquisição de jogadores, questiona-se se essa assertiva é verdadeira no que se refere à carreira de dirigente esportivo dos clubes que mantêm atividade profissional em seus quadros. A atuação desses gestores tem sido ultimamente colocada em dúvida, como têm demonstrado a mídia e as recentes Comissões Parlamentares de Inquérito do Futebol (da Câmara e Senado Federal).

* Mestre em Administração, Doutorando em Ciências da Saúde. Universidade de Brasília – Faculdade de Educação Física – Brasília – DF.

* * Doutor em Ciências. Universidade de Brasília – Faculdade de Educação Física – Brasília – DF.

* ** Doutor em Ciência da Informação. Faculdades JK – Taguatinga – DF.

OBJETIVO

O trabalho objetiva determinar o perfil do gestor esportivo dos clubes que atuaram na primeira divisão de futebol profissional do Distrito Federal, no ano de 2001.

RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Tema novo no cenário mundial, a administração esportiva carece de uma contínua produção de publicações que venham a preencher a enorme lacuna ainda existente sobre o assunto, que é atual, profundo e relevante, numa sociedade cada vez mais exigente em transparência e competência no trato de questões que traduzem, além do lado meramente administrativo, uma percepção de paixão existente entre os torcedores de futebol e seus clubes esportivos.

Atualmente, com a promulgação da Lei Pelé, as instituições que cuidam do desporto profissional tendem a se transformar em empresas como outras quaisquer, correndo os riscos empresariais comuns a qualquer outra, as quais, para ter sucesso, necessitam ser geridas por pessoas especializadas, ou seja, por administradores competentes, sob pena de não atingirem os objetivos organizacionais. Em isso ocorrendo, a empresa irá à falência, pois o clube esportivo não terá mais a proteção do Estado para resolver seus problemas de gestão.

Assim, é relevante o estudo dos perfis dos dirigentes esportivos, como fator preponderante na constatação do preparo desses profissionais para enfrentar uma nova etapa administrativa que, se mal conduzida, poderá implicar na saída do mercado de instituições tradicionais e com muitas décadas de existência.

REVISÃO DE LITERATURA

O estudo do dirigente esportivo brasileiro deve ser embasado nos fatos históricos e na legislação brasileira, que influenciaram decisivamente seu comportamento organizacional.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A ADMINISTRAÇÃO ESPORTIVA

A legislação, por décadas, tem tratado o desporto profissional brasileiro como elemento marginal ao estatuído. Por não ter tido amparo legal, o desporto serviu de exploração de trabalho e objeto de um processo de administração que, em muitos casos, não respeita os princípios básicos que devem nortear o trato com recursos financeiros, patrimoniais e, fundamentalmente, os humanos.

Os clubes sociais, no intuito de ampliar seus quadros, passavam a ser também clubes esportivos, e o futebol profissional se transformava em elemento de destaque e atrativo dessas instituições. O Brasil convivia com uma legislação imposta pelo governo e não havia leis que nascessem da vontade popular. A Lei n.º 6.251/1975, por exemplo, feria questões básicas de autonomia da vida administrativa dos clubes, demonstrando a nítida ingerência do governo na gestão esportiva. Com essa ação ditatorial criaram-se feudos, onde quem estava fora não entrava e quem estava dentro era senhor absoluto. Federações e confederações são geridas, há anos, pelos mesmos dirigentes, com os mesmos vícios e alguns acertos.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, foi o primeiro e decisivo passo para que se iniciasse uma reformulação fundamental na legislação esportiva brasileira, com uma mudança significativa na questão da administração do esporte, haja vista as mudanças estruturais e conjunturais no esporte mundial decorrentes da globalização.

Até a vigência da Lei 6.251/1975, a legislação brasileira era muito voltada ao esporte amador. Nesta lei, só havia um ou dois artigos que falavam sobre o profissional, e eles já vinham com um vício de origem, já que eram montados nos moldes de um sistema parlamentarista: os sócios elegiam o Conselho, que, por sua vez, elegia o presidente (REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, 1998).

De forma geral, toda a legislação (Lei n.ºs 6.251, de 8 de outubro de 1975; Lei 6.269, de 24 de novembro de 1975; Decreto-lei n.º 1.617, de 3 de março de 1978; Decreto-lei n.º 1.924, de 20 de janeiro de 1982; art. 5º da Lei n.º 7.787, de 30 de junho de 1989; Lei n.º 7.921, de 12 de dezembro

de 1989; art. 14 e art. 44 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.) que antecedeu à Lei Zico (1993) não representou nenhum progresso que efetivamente profissionalizasse modalidades esportivas e exigisse um comportamento “empresarial” dos clubes esportivos.

Somente com a promulgação da Lei Zico os clubes passaram a ter a opção de integralmente se tornar empresas. Essa lei procurou eliminar os feudos na administração esportiva brasileira. Ela foi criada e aprovada, em parte, em 1993, visando dar mais dinamismo ao esporte.

Em 1998 surgiu a Lei Pelé, que alterou profundamente as relações até então existentes na administração do desporto nacional e que tem provocado a maior discussão sobre o esporte, em toda a história brasileira. Ela representa mais um avanço na profissionalização da administração esportiva brasileira, muito fragilizada diante dos escândalos de má gestão do dinheiro dos clubes, denunciados pela imprensa.

A legislação propicia uma amplitude de atuação e, com isso, o administrador esportivo profissional surge efetivamente no mercado de trabalho. Diversas instituições passam a ter cargos que podem ser ocupados, tais como secretarias de esporte municipais e estaduais, clubes sociais, clubes-empresa, empresas ligadas ao esporte, empresas patrocinadoras, empresas de gestão esportiva, academias, instituições acadêmicas, veículos de comunicação, empresas de consultoria, complexos esportivos, empresas de agenciamento de atletas, empresas de promoção de eventos. Ainda é muito difícil estimar, hoje, a dimensão desse mercado no País.

O FUTEBOL NO DISTRITO FEDERAL: DOS ACAMPAMENTOS AO PROFISSIONALISMO

Como todas as organizações, os clubes esportivos de futebol profissional do Distrito Federal possuem uma história que possibilita uma análise administrativa e conduz a uma visão estratégica de futuro.

O futebol no Distrito Federal possui uma trajetória peculiar, marcada inicialmente pela interferência de empresários e, num segundo momento, pela ação dos governos do Distrito Federal e Federal, quando ocorreu a denominada “febre” de construção de estádios.

Poucos documentos oficiais e acervos bibliográficos abordam o desenrolar de toda a história do futebol no Distrito Federal. O jornalista Gustavo Mariani (198-) e os jornais locais são alguns dos que registraram como surgiu e evoluiu o esporte na capital brasileira.

O futebol “candango” nasceu como uma imposição social – que acompanhou a construção de Brasília. Os clubes iam brotando nas empresas construtoras. Estas não se esquivavam em apoiá-los, pressentindo que encher um caminhão de gente aos domingos e levá-la para os campos de terra batida seria o único meio de impedir o excessivo consumo de bebidas alcoólicas e brigas no meretrício, que reduziam a produtividade nas segundas-feiras e às vezes até redundavam em morte.

Os clubes eram formados com os nomes das empresas construtoras, que compravam o material necessário e o descontavam dos salários dos trabalhadores, dando, em contrapartida, o caminhão para levá-los e trazê-los de onde fosse o jogo. Surgiram o Defelê, no Departamento de Força e Luz; o Rabelo, na Construtora Rabelo; o Pederneiras; o Planalto; o Colombo, na Cidade Livre – atualmente a cidade-satélite do Núcleo Bandeirante; o Luziânia, em Luziânia; o Cruzeiro, no bairro do Cruzeiro. Nas firmas CCBE, Severo Vilares, Ecisa, entre outras, chegaram atletas de nome como Cenininho, Beto Preti, Djalma Alves, Múcio, Iris, Reims, Betão, Otaziano, Wander, Fino, Bimba, Alaor Capela, etc. Quem se destacasse nas peladas dos campinhos junto às obras era recrutado para o time da construtora, embora continuasse trabalhando. Por isso, atletas que haviam sido profissionais em outros estados, sabendo que encontrariam emprego em Brasília se fossem bons de bola, não titubearam em se aventurar.

Em 1966 foi criada a Federação Desportiva de Brasília (FDB). Era um departamento autônomo, que se transformou depois na Federação Metropolitana de Futebol (FMF) em 1974, mas só promoveu campeonatos de clubes de menor porte, que não conseguiam se organizar.

A FDB realizou em 1960 o seu primeiro campeonato amador. O Defelê, com um time à base de atletas vindos de Minas Gerais, não só o venceu como também venceu em 1961 e 1962,

tornando-se tricampeão invicto. O Cruzeiro venceu em 1963 e o Guanabara em 1964.

Os clubes profissionais da primeira divisão do DF na atualidade

Em sua grande maioria, os clubes esportivos de futebol profissional do Distrito Federal – tanto de sua primeira, com da segunda divisão – foram criados e implantados com base na antiga legislação esportiva brasileira, a Lei n. 6.251/1.975.

Em 2001, a primeira divisão de futebol profissional foi disputada por dez clubes (Quadro 1) com base no critério de acesso e descenso, entre equipes do Distrito Federal e da região do entorno, constituída por algumas cidades circunvizinhas do Estado de Goiás.

Clube	Cidade	Ano de fundação	Estádio onde manda os seus jogos	Cidade em que fica o estádio	Capac. do estádio
ARUC	Cruzeiro	1999	Bezerrão	Gama	20.000
Bandeirante	Núcleo Bandeirante	1994	Metropolitana	Núcleo Bandeirante	4.000
Brasília	Brasília	1975	Mane Garrincha	Brasília	53.000
Brasiliense	Taguatinga	2000	Serejão	Taguatinga	25.000
Brazlândia	Brazlândia	1996	Chapadinha	Brazlândia	4.000
Ceilândia	Ceilândia	1978	Abadião	Ceilândia	4.000
Dom Pedro II	Guará	1996	Adonir Guimarães	Planaltina	5.000
Gama	Gama	1975	Bezerrão	Gama	20.000
Guará	Guará	1957	CAVE	Guará	2.500
Sobradinho	Sobradinho	1975	Augustinho Lima	Sobradinho	10.000

Fonte: Página eletrônica (Internet) da Federação Metropolitana de Futebol (FMF).

Quadro 1 – Clubes participantes do Campeonato Brasiliense de 2001

Foram dez clubes com sede em nove diferentes cidades, sendo todos do Distrito Federal, não havendo nenhum clube do entorno conseguido garantir presença na primeira divisão profissional na competição de 2001.

A grande característica de todos os clubes é o pequeno tempo de existência, o que é compatível com o fato de o Distrito Federal também ser muito novo. A equipe mais antiga é o Clube de Regatas Guará, com quarenta e cinco anos. A segunda equipe mais velha é o Sobradinho Esporte Clube, que conta com vinte e seis anos. Já a equipe mais nova, o Brasiliense

Futebol Clube, possui pouco mais de dois anos de existência.

Nas vinte e seis edições em que foi realizado o Campeonato Metropolitano de Futebol Profissional, apenas quatro dos clubes que disputaram a competição de 2001 já se sagraram campeões. O Gama venceu nove vezes, o Brasília ganhou oito vezes, o Sobradinho e o Guará se sagraram campeões em uma oportunidade, cada.

A gestão atual do futebol do Distrito Federal

Local para a realização dos jogos da divisão principal não se constitui em problema no Distrito Federal, porém o que mais se questiona na mídia, nos bastidores e entre os torcedores é a atuação dos administradores do futebol, o que aponta para a necessidade de um maior caráter profissional por parte dos dirigentes do futebol da Capital Federal. O que se observa são dirigentes com superpoderes para decidir a seu bel-prazer os destinos de agremiações, de profissionais que vivem desse ofício e do maior patrimônio dos clubes: os seus torcedores.

A administração do futebol profissional do Distrito Federal possui um espectro que extrapola os clubes e inclui a Federação Metropolitana de Futebol, o Governo do Distrito Federal, a imprensa, jogadores, políticos e outros agentes de influência.

Para Souza (1999), muitos profissionais ainda reverenciam os administradores pelo modo como exercem o poder e pelas decisões solitárias, tomadas sem consultar ninguém. Muitos ainda não têm a cultura de analisar, de ponderar e de pensar em equipe. Inúmeros não aprenderam a ouvir, tampouco a usufruir a política dos bastidores. Considerando-se que a nova legislação esportiva brasileira visa dar um tratamento de empresa aos clubes esportivos profissionais, as decisões do alto comando poderão pôr tudo a perder, através de uma inconseqüente deliberação que, de um momento para outro, poderá aniquilar bons resultados da atividade empresarial.

Conclui Souza que é proibido errar nas decisões, o que não constitui numa missão impossível. A tomada de decisão sempre foi uma questão relevante na condução dos destinos empresariais. Em tempos em que a competitividade atinge os mais altos índices

históricos e a eficiência é um fator determinante para o sucesso, o processo decisório ocupa espaço central num cenário onde cada fato pode constituir-se no último, caso não seja tratado adequadamente.

Administração amadorista versus administração profissional

A “administração amadorista” é aquela em que ocorre um amadorismo na gestão de negócios do clube e um profissionalismo apenas nos processos de compra e venda de jogadores e na gerência dos seus contratos. Este estilo de administração é baseado em valores de tradição e o comportamento do dirigente é influenciado por elementos emotivos, que acabam introduzindo uma dimensão irracional em suas decisões. O paradigma é a entidade sem fins lucrativos e sua administração é voltada para dentro, o que significa a prevalência dos problemas administrativos sobre as oportunidades de mercado (Adaptado de MELO NETO, 1998).

Para Azevedo (1999), em termos de objetivos, em geral o dirigente procura manter as tradições do clube, atuando como um prestador de serviços para o departamento de futebol e sendo, em certo sentido, credor do trabalho dos jogadores. As ações são de cunho tradicional e afetivo (passionalidade), e estão relacionadas aos interesses pessoais, econômicos, políticos e simbólicos.

Vários fatores podem ser apontados como produto de uma administração amadorista. Brunoro (1997) observa que o calendário do futebol brasileiro é um dos mais inchados e confusos do mundo. Clubes com salários permanentemente atrasados; constantes questões judiciais cujos resultados nos tribunais pendem sempre para o lado do empregado - às vezes despedido sem a mínima coerência; inflação da folha de pagamento (quadro social reduzido, pequena torcida, elenco de futebol muito dispendioso, além de outras atividades onerosas, com falsa rotulação amadorista: basquetebol, voleibol, remo); clubes servindo de base política para dirigentes inescrupulosos - são indícios evidentes de má administração e típicos de uma gestão amadorista e ciente da impunidade em face das irregularidades cometidas.

No que se refere à estrutura de autoridade, o dirigente amador constitui uma categoria na qual estão o presidente e os diretores de futebol. A autoridade e a ascensão na carreira dependem de nomeação, da obediência ao estatuto e às tradições vigentes desde sempre. Em geral, são membros da diretoria e exercem a função como amadores.

No “estilo empresarial (profissional)”, o clube fica sob permanente fiscalização pública e sua única possibilidade de permanência no mercado é a apresentação de resultados positivos ao longo de sua existência. A gestão centra-se na visão do lucro e da rentabilidade. O paradigma é o das sociedades anônimas. O seu processo de gestão está voltado para a busca de parceiros comerciais e investidores e para as oportunidades de mercado. A administração é predominantemente voltada para fora, onde as ações estratégicas mais importantes concentram-se no mercado (MELO NETO, 1998).

Na visão empresarial, o objetivo do gestor é a direção da empresa a que pertence, sendo ele também credor do trabalho dos jogadores; e, de modo específico, ele tem como interesse os lucros econômicos e simbólicos para a sua organização. Para atingir tais objetivos, apóia-se em previsões, cálculos e planejamento e na ética racional, típica do capitalismo (racionalidade). O jogador é devedor de trabalho e prestador de serviços ao clube, e seus interesses são também econômicos e, em alguns casos, políticos.

Salários dos funcionários em seu todo sempre em dia, resultados alvissareiros no campo esportivo e o esquema organizacional do clube servindo de base para seus congêneres imitarem, tudo isso evidencia sintomas de boa administração, característica de gestão profissional comprometida com os objetivos organizacionais.

Aidar, Oliveira e Leoncini (2000) concluem que, se dentro do capitalismo não cabe mais a discussão sobre o objetivo da empresa – que é mesmo maximizar seus lucros –, no caso da profissionalização da gestão dos esportes, o objetivo de um clube que opte pelo caminho da transformação de seu departamento de futebol passa pela compatibilização dessas duas metas: *performance* técnica e caixa equilibrado.

No que tange à estrutura da autoridade, na empresa, o membro do segmento empresarial também se submete a uma hierarquia capitalista típica, na qual a direção da empresa, suas normas e regulamentos de organização são soberanos. A ascensão social tende a ocorrer mais através de promoções por merecimento e regulamentação do que por clientelismo ou nomeação, como ocorre nos clubes. O presidente é um executivo remunerado, um profissional, podendo ser até o proprietário, que detém não só o poder econômico, mas também simbólico.

A nova situação para as organizações esportivas

Desde a promulgação da Lei Zico, em 1993, os clubes esportivos puderam optar por continuar como entidades sem fins lucrativos ou se transformar em empresas. Num primeiro momento, os clubes, por serem entidades políticas, tendem a manter uma administração com elementos vindos de seus conselhos, membros e sócios, não absorvendo a mão-de-obra especializada em esporte que as instituições de ensino começam a formar. Mas, quando os clubes-empresa mostrarem bons resultados, tal tendência deverá se inverter.

A escolha correta do padrão de "clube-empresa" a ser adotado pressupõe a elaboração de um projeto específico para a entidade, devendo ser considerados a situação financeira e outros fatores relacionados ao tipo de atividade desenvolvido. A decisão consciente do tipo de "clube-empresa" a ser adotado será determinante no sentido de atrair novos patrocinadores e investidores, fortalecendo, assim, a situação financeira do clube. Os clubes esportivos estão tendo que passar por uma mudança organizacional significativa, que terá grande repercussão em seu processo administrativo.

As perspectivas da administração esportiva brasileira

Para Jaime Franco (1997), diretor de *marketing* do Clube dos Treze, nenhum esporte – entre os praticados no Brasil – tem tanto potencial de mercado e é tão mal explorado quanto o futebol. Segundo o autor, isso ocorre pelo fato de os clubes serem muito desorganizados. Raros são os que têm a contabilidade em dia. Na maioria das vezes

funcionam como feudos de cartolas que usam o time para erguer fortuna pessoal e fazer carreira política. Nenhum clube gosta de revelar publicamente suas contas, mas nunca se ouviu falar que algum deles tenha apresentado lucro.

Muito se ouve que o amadorismo no futebol é coisa do passado. Segundo Melo Neto (1998), se por um lado os jogadores, técnicos e auxiliares que atuam nos esportes de elite são profissionais, com registro legal do exercício de suas atividades, por outro, os responsáveis pela vida dos clubes são indivíduos profissionalmente despreparados para atender aos objetivos organizacionais.

A necessidade de profissionalização da administração esportiva brasileira

Para Santos (2000), o conturbado cenário atual produzido pela Lei Pelé – de extrema competitividade e de profundas mudanças – obriga o futebol brasileiro a ser encarado profissionalmente. Como consequência imediata, o mercado do futebol vem se transformando rapidamente em um interessante filão para investidores nacionais e internacionais, o que tem provocado nos clubes de futebol a necessidade de se reestruturar e se organizar, estabelecer novas estratégias, redefinir objetivos, buscar soluções inteiramente novas, superar preconceitos, mudar paradigmas, etc. O comportamento dos clubes, no futuro, dependerá de fatores como: desempenho de seus talentos; da contratação de executivos remunerados e comprometidos; da presença de empreendedores que sejam agentes de mudanças e coloquem sua visão em ação; além disso, eles deverão ser capazes de criar as condições empresariais e comerciais necessárias para que o futuro seja efetivamente construído.

MATERIAL E MÉTODO

Tipo de pesquisa

Quanto aos fins

A pesquisa de campo utilizada foi “do tipo quantitativo-descritivo” (LAKATOS, 1990), com investigações de pesquisa empírico-

científica, cuja principal finalidade foi o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou variáveis-chave.

Quanto aos meios

Foi desenvolvida pesquisa de campo com a investigação empírico-científica, realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.

População-alvo

Participaram da pesquisa todos os dirigentes das dez entidades esportivas do Distrito Federal que integraram o grupo de clubes participantes da primeira divisão de futebol do Distrito Federal, em 2001: Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro – ARUC; Associação Desportiva Comercial Bandeirante; Brasília Futebol Clube; Brasiliense Futebol Clube; Sociedade Esportiva Brazlândia; Ceilândia Esporte Clube; Esporte Clube Dom Pedro II; Sociedade Esportiva do Gama; Clube de Regatas Guarã e Sobradinho Esporte Clube.

Seleção dos sujeitos

Devido ao tamanho da população, optou-se pelo envolvimento de todos os seus integrantes.

Elaboração do instrumento e coleta de dados

Os dados foram coletados diretamente dos ocupantes do mais alto cargo de direção das entidades estudadas. Foi utilizada a técnica de questionário. Este foi constituído de uma série ordenada de perguntas, que foram respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (BARRASS, 1979). Foi composto de perguntas objetivas e de múltipla escolha, tendo sido submetido a testes prévios, que antecederam a aplicação (VERGARA, 1998). O índice de devolução pelos respondentes foi de 100% (cem por cento).

Conteúdo do questionário

O questionário visou detectar o perfil geral dos dirigentes ocupantes dos cargos de maior importância hierárquica dos clubes esportivos de futebol da primeira divisão do Distrito Federal. Os dados coletados foram: sexo (gênero), renda mensal, nível de escolaridade, ocupação principal, opção religiosa, idade e estado civil

(questões 1 a 7). Os resultados obtidos permitem comparações com os de dirigentes de outros locais e de outros esportes, além de terem possibilitado um levantamento do perfil de momento desses gestores esportivos.

Tratamento dos dados

Os resultados oriundos da aplicação do questionário foram tratados descritivamente e apresentados sob a forma de tabelas estatísticas, seguindo-se sua discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentação do resultado

1 Sexo do respondente

Tabela 1 – Gênero do respondente.

	Frequência	%
Feminino	-	00,0
Masculino	10	100,0
Total	10	100,0

2 Renda mensal

Tabela 2 – Renda mensal.

	Frequência	%
Até 5 salários-mínimos	-	00,0
De 5 a 10 salários-mínimos	2	20,0
De 10 a 15 salários-mínimos	-	00,0
De 15 a 20 salários-mínimos	1	10,0
De 20 a 25 salários-mínimos	-	00,0
Mais de 25 salários-mínimos	7	70,0
Total	10	100,0

3 Nível de escolaridade

Tabela 3 – Nível de escolaridade.

	Frequência	%
1º completo	-	00,0
1º incompleto	-	00,0
2º incompleto	2	20,0
2º completo	3	30,0
Superior incompleto	2	20,0
Superior completo	3	30,0
Total	10	100,0

4 Ocupação principal

Tabela 4 – Ocupação principal.

	Frequência	%
Funcionário público	4	40,0
Funcionário de empresa privada	-	00,0
Empresário	5	50,0
Aposentado	1	10,0
Outra	-	0,00
Total	10	100,0

5 Opção religiosa

Tabela 5 – Opção religiosa.

	Frequência	%
Católica	6	60,0
Umbandista	-	00,0
Evangélica	1	10,0
Espírita	1	10,0
Outra	-	00,0
Nenhuma	2	20,0
Total	10	100,0

6 Idade

Tabela 6 – Idade.

	Frequência	%	% Acumulado
Até 25	-	00,0	10,0
De 26 a 35	1	10,0	10,0
De 36 a 45	4	40,0	50,0
De 46 a 55	4	40,0	90,0
De 56 a 65	1	10,0	100,0
Mais de 65	-	00,0	00,0
Total	10	100,0	

7 Estado civil

Tabela 7 – Estado civil.

	Frequência	%
Solteiro	1	10,0
Divorciado	1	10,0
Casado	8	80,0
Total	10	100,0

8 Poder de decisão que possui sobre as questões administrativas do clube

Tabela 10 – Poder de decisão do dirigente.

	Frequência	%	% Acumulada
Total	6	60,0	60,0
Muito	3	30,0	90,0
Bom	1	10,0	100,0
Razoável	0	00,0	100,0
Pouco	0	00,0	100,0
Nenhum	0	00,0	100,0
Total	10	100,0	

DISCUSSÃO

O perfil dos gestores dos clubes de futebol profissional é elemento considerável quando se necessita avaliar as possibilidades de sucesso dessas entidades, principalmente quando se observa a consequência desastrosa que as gestões amadoristas têm imposto aos grandes clubes brasileiros.

Quanto à idade dos clubes, dos dez estudados, quatro foram fundados há mais de vinte anos e dois o foram após a promulgação da Lei Pelé. Todos podem ser considerados jovens, tomando-se por base a pouca idade do Distrito Federal, o tempo de vida e a história dos clubes esportivos das demais unidades da federação.

Ainda hoje muitos profissionais reverenciam os administradores pelo modo como exercem o poder e pelas decisões solitárias, sem consultar ninguém. Acresce-se a isso o fato de não terem a cultura de analisar, de ponderar e de pensar em equipe. Inúmeros não aprenderam a ouvir, tampouco a usufruir a política dos bastidores (SOUZA, 1999). A autoridade é centralizada quando os gerentes dos níveis superiores da hierarquia da organização detêm a autoridade para a tomada de decisões mais importantes (HILL; JONES, 1995). Dos entrevistados, 90% afirmaram ter muito ou total poder de decisão sobre as questões administrativas de seus clubes, em que pese ao fato de 90% responderem que seu clube esportivo possui um conselho deliberativo. Para 60% desses dirigentes, o conselho deliberativo possui pouco ou nenhum poder de decisão (Tabela 8).

Para Melo Neto (1998), no estilo empresarial o clube fica sob permanente fiscalização pública e sua única possibilidade de permanência no mercado é a apresentação de resultados positivos ao longo de sua existência. A gestão centra-se na visão do lucro e da rentabilidade. O seu processo de gestão está voltado para a busca de parceiros comerciais e investidores e para as oportunidades de mercado. A administração é predominantemente voltada para fora, onde as ações estratégicas mais importantes concentram-se no mercado. Dos dez clubes pesquisados, somente três estão registrados como clube-empresa, e cabe observar que um dos dirigentes informou não ter certeza sobre como o seu clube estava registrado.

CONCLUSÕES

No que se refere ao perfil dos dirigentes dos clubes da primeira divisão de futebol profissional do Distrito Federal, em 2001, fizeram-se as seguintes constatações.

Todos os dirigentes são do gênero masculino. 70% recebem mais de 25 salários

mínimos. A média da renda mensal é bastante influenciada por esse grupo, sendo superior a R\$ 4.000,00. Todos possuem primeiro grau (Ensino Fundamental) completo, porém, não é possível identificar a escolaridade predominante, pois 50% cursam ou já concluíram o segundo grau (Ensino Médio), e os demais possuem escolaridade de nível superior. Dentre os dez entrevistados, quatro são funcionários públicos, um é aposentado e os demais são empresários. Todos acumulam suas profissões com as atribuições de dirigentes dos clubes que presidem; portanto, nenhum deles é exclusivamente profissional de administração da respectiva entidade de futebol. A maioria é da religião católica, sendo que dois não possuem religião e outros dois são das religiões evangélica e espírita. A variável idade, nesse estudo, possui distribuição simétrica em torno da média, que é de 45,5 anos. São oito os casados. Com relação às questões administrativas do clube, 60% dos entrevistados afirmaram ter total poder de decisão, 30% têm muito poder e 10% têm um bom poder.

THE FEDERAL DISTRICT'S TEAMS SPORTIVE MANAGER PROFILE AND ITS RELATIONS WITH THE BRAZILIAN SPORTIVE LEGISLATION

ABSTRACT

The process which enabled the sportive teams to become companies was initiated by the promulgation of Zico's law (93) and it had a strong advance with Pelé's Law – in 1998. This study analyzed the profiles of the ten soccer teams who participated in the Brazilian Championship in 2001. This was a quantitative-descriptive study, as well as a field research with an empiric-scientific investigation. Data were collected by using a questionnaire. Association measures for qualitative variables were used to analyze the manager's profile. The results showed that these managers are Catholic married men, they earn more than 25 minimum wages, have completed the primary school, and are, in average, 45.5 years old. Additionally, they are either public servants or businessmen who accumulate the attributions as managers of their clubs.

Key words: management. Sportive management.. Sportive legislation.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Antonio Carlos Kfour; OLIVEIRA, João José de; LEONCINI, Marvio Pereira. **A nova gestão do futebol**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 200p.

AZEVEDO, Aldo Antonio de. **Dos velhos aos novos "cartolas": uma interpretação do poder e das suas resistências nos clubes, face ao impacto das relações futebol-empresa**. 1999. 344 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

BARRASS, R. **Os cientistas precisam escrever**. São Paulo: EDUSP/T. A. Queiroz, 1979.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mar.1998. Seção 1, p. 1-7.

BRASIL. Lei nº. 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 julho 1993. Seção 1, p. 9379.

BRUNORO, José Carlos; AFIF, Antonio. **Futebol 100% profissional**. São Paulo: Gente, 1997. 251 p.

BRUNORO, José Carlos. **Organização e administração dos departamentos de esportes dos clubes**. Disponível em: <<http://www.brunoro.com.br>>. Acesso em: 14 jul. 2000.

- CAPINUSSÚ, J. Mauricio. **Teoria organizacional da educação física e desportos**. São Paulo: Ibrasa, 1979. 167p.
- CHING, Hong Yuh. **Gestão baseada em custeio por atividades = ABM – activity based manegement**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 147 p.
- COSTA, V. R. À margem da lei. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 131-148, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. 292 p.
- FRANCO, Jaime. A preço de banana. **Revista Veja**, São Paulo, n. 12, p. 131-148, 1998.
- HILL, Charles; JONES, Gareth. **Strategic management - an integrated approach**. 3. ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 1995.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- MARIANI, Gustavo. **História do esporte em Brasília**. Brasília, [s.n.], [198-]. 71 p.
- MELO NETO, Francisco P. de. **Administração e marketing de clubes esportivos**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. 164 p.
- REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO. As células-mater do esporte. São Paulo : RBA, ano 8, n. 22, jul. 1998. p. 50-57.
- SANTOS, Dagoberto F. **Cenário de competitividade obriga futebol a se profissionalizar**. Lancenet, Seção Análises – O desafio do futebol brasileiro Disponível em: <<http://lancenet.ig.com.br/esportes/analises/analises9.htm>>, 24/03/00, 20h00min.
- SOUZA, Natólio. A importância das decisões na empresa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1999. Artigo DN6.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998. 90 p.

Recebido em 03/09/03

Revisado em 10/11/03

Aprovado em 27/01/04

Endereço para correspondência: Paulo Henrique Azevedo. Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, SIBS Q. 3 Conj. A Lote 10 – Núcleo Bandeirante, CEP: 71736-301 Brasília-DF. E-mail: pha@unb.br